



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE RESÍDUOS

TEMA	LEGISLAÇÃO	ÂMBITO
Geral	Lei n.º 11/87, de 7 de Abril	Lei Bases do Ambiente
	Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março	Publica a Lista Europeia de Resíduos e define as operações de valorização e eliminação de resíduos.
	Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002	Estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano
	Resolução n.º 131/2006, de 6 de Outubro	Aprova o Plano de Gestão de Resíduos dos serviços do Governo Regional dos Açores, denominado PLAGER.GOV
	Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro	Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos
	Portaria n.º 1023/2006, de 20 de Setembro	Define os elementos que devem acompanhar o pedido de licenciamento de operações de gestão de resíduos
	Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER)
	Portaria n.º 320/2007, de 23 de Março	Altera a Portaria n.º 1408/2006
	Resolução nº 58/2007, de 14 de Junho	Aprova o Código de Boas Práticas, em complemento do PLAGER.GOV
	Decreto Legislativo Regional nº20/2007/A, de 23 de Agosto	Define o quadro jurídico para a regulação e gestão dos resíduos na Região Autónoma dos Açores
	Decreto Legislativo Regional nº10/2008/A, de 12 de Maio	Aprova o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA) e republica o Decreto Legislativo Regional nº20/2007/A, de 23 de Agosto
	Decreto Legislativo Regional nº40/2008/A, de 25 de Agosto	Define o regime económico, financeiro e contra-ordenacional aplicável à gestão dos resíduos na Região Autónoma dos Açores
	Declaração de rectificação nº 36/2008, de 11 de Julho	Rectifica o Decreto Legislativo Regional nº10/2008/A, de 12 de Maio
	Despacho N.º 711/2009 de 26 de Junho, na II Série, N.º120, do Jornal Oficial da Região	Define que as taxas de licenciamento de operações de gestão de resíduos e outras previstas nos artigos 52.º a 54.º e 56.º do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, não serão objecto de liquidação na Região Autónoma dos Açores no período de 15 Maio de 2009 a 31 de Dezembro de 2009.
Portaria nº 851/2009, de 7 de Agosto	Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos	
Decreto-Lei nº 210/2009, de 3 de Setembro	Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos	
Embalagens	Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens
	Decreto-Lei n.º 407/98, de 21 de Dezembro	Estabelece as regras respeitantes aos requisitos essenciais da composição das embalagens



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Embalagens	Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro	Descreve os moldes de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às embalagens não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis
	Decreto Legislativo Regional n.º 15/99/A, de 29 de Abril	Adapta à Região o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro
	Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho	Altera os Artigos 4º e 6º do Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro
	Decreto Legislativo Regional n.º 24/2001/A, de 29 de Dezembro	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 15/99/A, de 29 de Abril
	Portaria n.º 4/2002, de 31 de Janeiro	Estabelece regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicáveis apenas às embalagens não reutilizáveis na Região Autónoma dos Açores
	Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro	Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais
	Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio	Altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro
Óleos Usados	Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e óleos usados
Pneus usados	Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de Abril	Estabelece os princípios e normas aplicáveis à gestão de pneus e pneus usados
	Decreto-Lei n.º 43/2004, de 2 de Março	Altera os Artigos 4º, 9º e 17º do Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de Abril
Pilhas e acumuladores	Decreto-Lei n.º 2/2009, de 6 de Janeiro	Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores
	Rectificação do Decreto-Lei n.º 6/2009	Rectificação do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 6 de Janeiro
	Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29/09	Altera o Decreto-Lei n.º 2/2009, de 6 de Janeiro
Veículos em fim de vida (VfV)	Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida
	Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8 de Abril	Republica o Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto
Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)	Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamento eléctrico e electrónico
	Decreto-Lei n.º 174/2005, de 25 de Outubro	Altera o âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro
Resíduos de construção e demolição (RCD)	Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março	Estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, designados por resíduos de construção e demolição ou RCD
	Portaria n.º 417/2008, de 11 de Junho	Fixa as regras para o transporte rodoviário de resíduos de construção e demolição



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Resíduos hospitalares	Portaria n.º 174/97, de 10 de Março	Estabelece as regras de instalação e funcionamento de unidades ou equipamentos de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares, bem como o regime de autorização da realização de operações de gestão de resíduos hospitalares
	Portaria n.º 35/1997, de 30 de Maio das Secretarias Regionais da Educação e Assuntos Sociais e da Agricultura, Pescas e Ambiente	Estabelecer as regras a que, na Região Autónoma dos Açores, fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, armazenagem, transporte, tratamento, valorização e eliminação, de forma a não causarem prejuízo para a saúde humana, nem para os componentes ambientais
Incineração	Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de Abril	Estabelece o regime a que fica sujeita a incineração e a co-incineração de resíduos
Aterros	Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na concepção, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, incluindo as características técnicas específicas para cada classe de aterros
	Despacho n.º 1221/2009, de 20 de Novembro na II Série, N.º224, do Jornal Oficial da Região	Estabelece que as taxas de licenciamento de operações de deposição de resíduos em aterros previstas no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, não serão objecto de liquidação na Região Autónoma dos Açores no período de 25 de Agosto de 2009 a 31 de Dezembro de 2010.
Lamas	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de Outubro	Recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas e aplicação de lamas em solos agrícolas
	Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro	Utilização de lamas em solos agrícolas
Resíduos das Zonas Portuárias	Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), de 1973/78	Obter a completa eliminação da poluição intencional do meio marinho, através de óleos e outras substâncias agressivas e a minimização de descargas acidentais dessas substâncias nos oceanos. Alterada pelo Protocolo de 1978
	Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho	Regula a instalação e a utilização de meios portuários de recepção de resíduos gerados nos navios e de resíduos da carga provenientes de navios que escalem portos nacionais, de modo a aumentar a protecção do meio marinho através da redução de descargas no mar
	Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 Agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho
Transporte rodoviário de resíduos	Decreto-Lei n.º 45 935/64, de 19 de Setembro	Aprovação da adesão por Portugal do Acordo Europeu Relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR).
	Portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro	Aprova o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE).
	Decreto-Lei n.º 76/2000, de 9 de Maio	Introduz modificações no Decreto-Lei n.º 77/97, de 5 de Maio, actual lei quadro do transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela Portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro, e, simultaneamente, transpõe as directivas n.os 99/47/CE, de 21 de Maio, e 96/35/CE, de 3 de Junho
	Portaria n.º 729/2000, de 7 de Setembro	Altera a Portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro [aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE)]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Transporte rodoviário de resíduos	Portaria nº 74/2009, de 14 de Setembro , da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento, da Secretaria Regional da Ciência e da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	Estabelece as regras de transporte rodoviário de resíduos na RAA, incluindo a utilização de um novo modelo de guia de transporte
	Declaração de Rectificação nº 11/2009, de 2 de Outubro	Rectifica a Portaria nº 74/2009, de 14 de Setembro
Movimento transfronteiriço de resíduos	Decreto-lei n.º 45/2008, de 11 de Março	Estabelece procedimentos e regimes de controlo relativos à transferência de resíduos
	Portaria nº 242/2008 de 18 de Março	Estabelece o pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente ao notificador pela apreciação dos procedimentos de notificação de transferências de resíduos, que se destinem a importação, exportação ou trânsito
Apoio ao transporte marítimo de resíduos	Portaria nº 58/2009, de 13 de Julho, Jornal Oficial nº 119, I Série , da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	Cria o sistema de apoio financeiro ao transporte marítimo de resíduos originários da Região Autónoma dos Açores
Amianto	Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/A, de 28 de Julho	Estabelece medidas que visam reduzir e evitar a poluição pelo amianto e proteger a saúde humana e o ambiente